



Curso de Especialização em: **Compliance Digital**

1. Estrutura Curricular – disciplina/carga horária.

Governança corporativa	32 h/a
Marco conceitual e histórico do Compliance	32 h/a
Marco Normativo do Compliance	32 h/a
Ferramentas de Compliance Aplicado	32 h/a
Pilares do Programa de Integridade e Tecnologia da Informação	32 h/a
Políticas Corporativas e Controles Internos para o Ambiente Digital	32 h/a
Investigação e Provas Digitais	32 h/a
Ferramentas de Forense Computacional	32 h/a
Marco Civil da Internet	32h/a
Privacidade e Proteção a Dados Pessoais nos Meios Eletrônicos	32 h/a
Crimes Informáticos	32 h/a
Software e Comércio Eletrônico	32 h/a
Módulo: Metodologia do Trabalho Científico	48h/a à distância
Total da carga horária do curso	432h/a

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Governança Corporativa**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: Contexto histórico e princípios de Governança Corporativa. Conceito e Pilares de Governança corporativa. Códigos de Governança Corporativa. Tendências da Governança corporativa no Brasil.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é contextualizar o Introduzir conceito e governança corporativa e compreender seu impacto sobre as organizações.



5. Conteúdo Programático: Aspectos conceituais e históricos da Governança Corporativa; Princípios da Governança; Mecanismos e pilares de Governança; Governança Corporativa no Brasil;

6. Bibliografia:

▪ Básica:

- i. BLOK, M. **Compliance e governança corporativa**. 2º ed. São Paulo: Editora Freitas Bastos, 2018
- ii. IBGC. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5º ed. São Paulo: IBGC, 2015.
- iii. OLIVEIRA, D. P. R. **Governança Corporativa na prática**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas, 2015.
- iv. SILVEIRA, ALEXANDRE DI MICELI DA. **Governança corporativa no Brasil e no mundo**. 2ª ed. São Paulo: Editora Campus, 2015.

▪ Complementar:

- i. ASSI, M. **Governança, riscos e compliance**: mudando a conduta nos negócios. São Paulo: Editora: Saint Paul, 2017
- ii. IBGC. **Gerenciamento de riscos corporativos**: evolução em governança e estratégia. São Paulo: IBGC, 2017. (Série Cadernos de Governança Corporativa, 19).
- iii. ROSSETTI, J. P. ; ANDRADE, A. **Governança corporativa**: fundamentos, desenvolvimento e tendências. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2014



- iv. SILVA, E. C. **Governança corporativa nas empresas**. 4º ed. São Paulo: Atlas, 2016

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Marco conceitual e histórico do Compliance.**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: Contexto histórico. As Fraudes e a Necessidade de retomada de confiança nos negócios. A origem do Compliance Moderno. A importância das Convenções Internacionais. O papel da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e demais atores no processo evolutivo. Cenário atual.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é contextualizar o tema Compliance para os alunos, apresentando o cenário histórico em que se originou a ideia de conformidade na governança corporativa, a evolução do tema no plano internacional e nacional ao longo do tempo e os principais atores que contribuíram para o atual estágio de amadurecimento em que nos encontramos.
5. Conteúdo Programático: As origens do Compliance Moderno. Convenção de Viena. Convenção da União Europeia. Convenção da Organização dos Estados Americanos. Convenção da ONU - Nações Unidas. O papel da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico e demais atores no processo evolutivo. A Imposição de Exigências Legais e Regulamentares em âmbito global. Tendências e Perspectiva internacionais em políticas e programas de compliance



6. Bibliografia:

a. **Básica:**

- i. GONSALES, Alessandra. Compliance, A Nova Regra do Jogo: do caso Enron à Lava Jato, como o compliance vem contribuindo para retomar a confiança nos negócios. São Paulo: Pauligrafi, 2016.
- ii. VIEIRA, Judivan J. Coleção Corrupção no Mundo. Brasília: Thesaurus, 2014.
- iii. GOODMAN, David; GOODMAN, Amy. Corrupção à Americana. São Paulo: Bertrand Brasil, 2005.
- iv. FURTADO, Lucas Rocha. As Raízes da Corrupção no Brasil – Estudos de Casos e Lições para o Futuro. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

b. **Complementar:**

- i. LIVIANU, Roberto. Corrupção e Direito Penal: Um Diagnóstico da Corrupção no Brasil. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- ii. MANZI, Vanessa A. Compliance no Brasil – Consolidação e Perspectivas. São Paulo: Saint Paulo, 2008.

c. **Bases de Dados:**

- i. Site Legal, Ethics & Compliance: www.lecnews.com



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Marco Normativo do Compliance**
2. Carga Horária: 32h/a
3. Ementa: Apresentação dos principais Marcos normativos Internacionais e Nacionais sobre Corrupção. Legislação Norte-Americana. Legislação do Reino Unido. Legislação Brasileira. Aplicabilidade. Extraterritorialidade. Autoridades. Condutas Puníveis. Responsabilização da pessoa física e da pessoa jurídica. Penalidades administrativa, cível e criminal por atos de corrupção. Jurisprudência.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é propiciar ao aluno o conhecimento e compreensão das principais leis internacionais e nacionais sobre corrupção, as responsabilidades da pessoa física e jurídica e a aplicação em casos concretos.
5. Conteúdo Programático: As Leis Americanas *SOX – Sarbannes Oxley Act*, *FCPA – Foreign Corrupt Practices Act* e *FATCA – Foreign Account Tax Compliance Act*. A Lei do Reino Unido *UK Bribery Act*. As Leis Brasileiras: Código Penal, Lei de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Lei de Acesso à Informação, Lei de Conflito de Interesses, Lei Anticorrupção, Decreto Regulamentador, Lei das Estatais.
6. Bibliografia:
 - a. Básica:

SINGH, Nitish. *Compliance Management: A How-to Guide for Executives, Lawyers, and Other Compliance Professionals*. United States of America: ABC-CLIO, 2015.



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA
Coordenadoria de Cursos de Educação Continuada



SILVERMAN, Michael G. Compliance Management: For Public, Private, or Nonprofit Organizations. United States of America: McGraw-Hill, 2008.

CARVALHOSA, Modesto. Considerações sobre a Lei Anticorrupção das Pessoas Jurídicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

SANTOS, José Anacleto Abduch; BERTONCINI, Mateus; COSTÓDIO FILHO, Ubirajara. Comentários à Lei n.º 12.846/2013: Lei Anticorrupção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BITTENCOURT, Sidney. Comentários à Lei Anticorrupção. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

b. Complementar:

KOTZ, H. David. Financial Regulation and Compliance: How to Manage Competing and Overlapping Regulatory Oversight. United States of America: John Wiley & Sons Inc., 2015.

DIPP, Gilson. Comentários à Lei Anticorrupção e seu Regulamento. São Paulo: Saraiva, 2016.

c. Bases de Dados:

Site U.S. Department of Justice: www.justice.gov

Site U.S. Security and Exchange Commission: www.sec.gov

Site Planalto Federal: www.planalto.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Ferramentas de Compliance Aplicado.**
2. Carga Horária: 32 h/a.



3. Ementa: Apresentação das ferramentas para a implementação prática do Compliance na Empresa. Comprometimento da Alta Direção. Gestão e avaliação de Riscos. Definição de Valores Éticos. Independência da Área. Controles Internos. Políticas Corporativas. *Due Dilligence* de Terceiros. Comunicação e Treinamento. Canal de Denúncias. Auditoria. Investigação. Mecanismos Disciplinares.

4. Objetivo: o objetivo da disciplina é propiciar ao aluno o conhecimento do instrumental necessário para a construção e fortalecimento de valores éticos, mitigação de riscos, gerenciamento de conformidades e estancamento da problemática da fraude.

5. Conteúdo Programático: A importância do comprometimento da alta direção e formas de conquistá-lo. O diagnóstico e avaliação dos riscos: riscos inerentes, riscos residuais e sua gestão. A definição de valores éticos da corporação que servirão como premissa à condução do Compliance. A necessidade de independência da área. Mecanismos de controles internos e sua aplicabilidade ao negócio. O desenvolvimento de Políticas Corporativas. A relevância da realização de *due dilligence* nos terceiros. Formas de comunicação e treinamento. O funcionamento do canal de denúncias e a avaliação do material recebido. O papel da auditoria. Meios de investigação. Definição e aplicação de mecanismos disciplinares.

6. Bibliografia:

a. Básica:

ASSI, Marcos. Gestão de Compliance e Seus Desafios. São Paulo: Saint Paul, 2013.

DEL DEBBIO, Alessandra; MAEDA, Bruno Carneiro; AYRES, Carlos Henrique da Silva (coordenadores). Temas de Anticorrupção & Compliance. São Paulo: Elsevier, 2013.



NEGRÃO, Celia Lima; PONTEIO, Juliana de Fátima. Compliance, Controles Internos e Riscos: A Importância da Área de Gestão de Pessoas. São Paulo: Senac, 2014.

ARIMA, Carlos Hideo; GIL, Antonio de Loureiro; NAKAMURA, Wilson Toshiro. Gestão - Controle Interno, Risco e Auditoria. São Paulo: Saraiva, 2013.

b. Complementar:

GARCIA, Maria Cristina. Corrupção e Perversidade do Estado e a Nova Ordem Mundial. São Paulo: Edicon, 2007.

ASSI, Marcos. Gestão de Riscos com Controles Internos. São Paulo: Saint Paul, 2012.

c. Bases de Dados:

Site da empresa ICTS: www.portaldecompliance.com.br

Site da empresa PricewaterhouseCoopers

Site Ministério Público Federal: www.combateacorrupcao.mpf.mp.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1. Nome da Disciplina: Pilares do Programa de Integridade e Tecnologia da Informação**
- 2. Carga Horária: 32 h/a**
- 3. Ementa: Compreensão dos Pilares do Programa de Integridade previstos no Decreto Regulamentador. Procedimentos para prevenir fraudes e ilícitos. Procedimentos que assegurem a pronta interrupção de infrações. Uso de**



ferramentas de Tecnologia da Informação para implementação dos pilares e criação de evidências de sua observância.

4. Objetivo: o objetivo da disciplina é demonstrar ao aluno o que deve conter um Programa de Integridade de acordo com as exigências legais, bem como de que formas as ferramentas de Tecnologia da Informação podem apoiar sua implementação e criar evidências sobre a sua utilização.

5. Conteúdo Programático: O modelo de programa de integridade imposto pelo Decreto n.º 8.420/2015. Instância interna responsável pelo desenvolvimento e implementação do Programa de Integridade. O papel do Código de Ética. Análise dos procedimentos utilizados para prevenir fraudes e ilícitos. Estudo dos procedimentos que assegurem a pronta interrupção de infrações. O uso adequado de ferramentas de Tecnologia da Informação para implementação dos pilares e criação de evidências de sua observância.

6. Bibliografia:

a. Básica:

BATISTA, Antenor. *Corrupção: o 5º Poder – Repensando a Ética*. Bauru: Edipro, 2015.

COUTO, Maria Fernanda Vieira Rodrigues. *Ética nos Negócios: Leis e Práticas que Orientam as Organizações no Relacionamento com seus Parceiros*. São Paulo: Heccus, 2015.

b. Complementar:

RUSSO, Giuseppe Maria. *Diagnóstico da Cultura Organizacional: O Impacto dos Valores Organizacionais no Desempenho da Terceirização*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

c. Bases de Dados:



Site da Controladoria-Geral da União www.cgu.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Políticas Corporativas e Controles Internos para o Ambiente Digital**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: Natureza interdisciplinar do trabalho de desenvolvimento de Políticas Corporativas. Técnicas de desenvolvimento e documentação das Políticas Corporativas. Ciência do Empregado. Monitoramento Contínuo do Ambiente Digital. Legalidade do Procedimento. Impactos Trabalhistas.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é ensinar ao aluno como estruturar políticas internas e conscientizá-lo sobre a natureza interdisciplinar de trabalhos dessa natureza, bem como a forma de implementar controles internos que contemplem o ambiente digital.
5. Conteúdo Programático: A natureza interdisciplinar do trabalho de desenvolvimento de Políticas Corporativas e a necessidade de apoio jurídico e de recursos humanos. Como desenvolver políticas internas e documentá-las adequadamente. A importância da ciência do empregado para convalidação jurídica de políticas afetas à questões de privacidade. A Justiça do Trabalho e o monitoramento do ambiente digital corporativo.
6. Bibliografia:
 - a. Básica:

GONÇALVES, Sérgio Ricardo Marques. *A Utilização da Internet no Ambiente de Trabalho*. In: Manual de Direito Eletrônico e Internet. Coord.



BLUM, Renato M. S. Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva e; ABRUSIO, Juliana Canha, São Paulo: Lex, 2006.

BELMONTE, Alexandre Agra. O monitoramento da correspondência eletrônica no ambiente de trabalho. São Paulo: LTr, 2008

BLUM, Renato M. S. Opice e; CARDOSO, Taysa Elias. *Políticas de Segurança, Privacidade e os Tribunais*. In: E-dicas: O Direito na Sociedade da Informação. Org. VALLE, Regina Ribeiro do. São Paulo: Usina do Livro, 2005.

b. Complementar:

ASSI, Marcos. Controles Internos e Cultura Organizacional. São Paulo: Saint Paul, 2014.

c. Bases de Dados:

Site da Controladoria-Geral da União www.cgu.gov.br

Site Tribunal Superior do Trabalho: www.tst.jus.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1. Nome da Disciplina: Investigação e Provas Digitais**
- 2. Carga Horária: 32 h/a**
- 3. Ementa: Princípios constitucionais e processuais que regem a prova. Requisitos da Investigação Interna. Benefícios e Objetivos. Produção e preservação de Provas Digitais. Garantia de Autoria e Integridade. Valor probatório das Provas Digitais.**



4. **Objetivo:** o objetivo da disciplina é fazer com que o aluno compreenda as questões legais inerente às provas, como uma investigação deve ser conduzida e a forma adequada de produzir e preservar provas digitais, especialmente para fins judiciais.

5. **Conteúdo Programático:** Princípios constitucionais que regem a prova: ampla defesa, vedação da prova ilícita e proporcionalidade. Princípios processuais que regem a prova: livre convencimento motivado, oralidade, aquisição processual, mediação e identidade física do juiz. Forma de condução da investigação interna. Ata Notarial para garantia de integridade. Procedimentos técnicos para garantia de autoria. A admissibilidade das provas digitais pelo Novo Código de Processo Civil. O posicionamento jurisprudencial dos Tribunais.

6. **Bibliografia:**

a. **Básica:**

HAYASHI, Felipe Eduardo Hideo. *Corrupção – Combate Transnacional, Compliance e Investigação criminal*. São Paulo: Lumen Juris, 2015.

JIMENE, Camilla do Vale. *O Valor Probatório do Documento Eletrônico*. São Paulo: Sicurezza, 2010.

MARQUES, Antônio Terêncio G. L. *A Prova Documental na Internet: Validade e Eficácia do Documento Eletrônico*. Curitiba: Juruá, 2006.

b. **Complementar:**

FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger; RODRIGUES, Felipe Leonardo. *Ata Notarial: Doutrina, Prática e Meio de Prova*. São Paulo: Quartier Latin, 2010.



CAMBI, Eduardo. A Prova Civil: Admissibilidade e Relevância. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARCACINI, Augusto Tavares Rosa. *Documentos Digitalizados: originais, cópias e a nova Lei n.º 12.682/2012*. In: O Direito na Sociedade da Informação III – A Evolução do Direito Digital. Coord. PAESANI, Liliana Minardi. São Paulo: Atlas, 2013.

c. Bases de Dados:

Site Opice Blum Advogados Associados: www.opiceblum.com.br

Site Planalto Federal: www.planalto.gov.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1. Nome da Disciplina:** Ferramentas de Forense Computacional
- 2. Carga Horária:** 32 h/a
- 3. Ementa:** Investigação em Sistemas Informatizados. Ferramentas Técnicas para Realização de Perícia Forense Computacional. Metodologia da Perícia. Cadeia de Custódia. Prática no Uso das Ferramentas. Técnicas de Evasão. Confeção de Parecer Técnico.
- 4. Objetivo:** o objetivo da disciplina é apresentar ao aluno as principais ferramentas utilizadas pelo mercado para realização de perícia forense computacional, demonstrar a forma adequada de utilizá-las, bem como ensinar a confeccionar um Parecer Técnico.
- 5. Conteúdo Programático:** Métodos de investigação em sistemas informatizados. Apresentação das principais ferramentas técnicas para



realização de perícia forense computacional adotadas pelo mercado. A metodologia aplicável à perícia. A importância da cadeia de custódia. Prática em laboratório do Uso das Ferramentas. Apresentação das técnicas de evasão. Formas de confeccionar um Parecer Técnico para fins judiciais.

6. Bibliografia:

a. Básica:

ELEUTÉRIO, Pedro Monteiro da Silva; MACHADO, Marcio Pereira. Desvendando a Computação Forense. São Paulo: Novatec, 2010.

QUEIROZ, Claudemir; VARGAS, Raffael. Investigação e Perícia Forense Computacional. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

b. Complementar:

LEONARDO, Scudere. Análise Forense – Tecnologia, in Manual de Direito Eletrônico e Internet. Coord. BLUM, Renato Opice; BRUNO, Marcos Gomes da Silva; ABRUSIO, Juliana Canha. São Paulo: Lex, 2010.

c. Bases de Dados:

Site Instituto Brasileiro de Peritos: www.perito.com.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1. Nome da Disciplina: Marco Civil da Internet**
- 2. Carga Horária: 32 h/a**



3. Ementa: Contexto Histórico da Promulgação do Marco Civil da Internet. Aplicabilidade. Princípios que Disciplinam o Uso da Internet. Direitos e Garantias dos Usuários. Deveres dos Provedores de Serviços.

4. Objetivo: compreender direitos e deveres impostos pelo Marco Civil da Internet às empresas que mantêm negócios na Internet.

5. Conteúdo Programático: Contexto histórico que levou à promulgação do Marco Civil da Internet. A quem é aplicável a norma. Princípios que disciplinam o uso da Internet no Brasil: liberdade de expressão, privacidade, proteção a dados pessoais. Direitos e garantias dos usuários e importância dos Termos de Uso. Previsões sobre Neutralidade da Rede. Guarda e fornecimento de registros eletrônicos por provedores de conexão e aplicação. Decreto Regulamentador. Requisitos legais para a quebra de sigilo. Penalidades pelo descumprimento. Atuação do Poder Público.

6. Bibliografia:

a. Básica:

MASSO, Fabiano Del; ABRUSIO, Juliana; FLORÊNCIO, Marco Aurélio Florêncio. Marco Civil da Internet: Lei 12.965/2014. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

VANCIM, Adriano Roberto. Marco Civil da Internet: Anotações à Lei n. 12.965/2014. São Paulo: Mundo Jurídico, 2014.

LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo. Marco Civil da Internet. São Paulo: Atlas, 2014.

b. Complementar:

JESUS, Damásio de; MILAGRE, José Antônio. Marco Civil da Internet: Comentários à Lei n. 12.965/14. São Paulo: Saraiva, 2014.



TRAMARIM, Erika; LAGO, Bruno Veloso. *A Aplicação do Marco Civil no Poder Judiciário*. In: Propriedade Intelectual, Internet e o Marco Civil. Coord. SCHAAL, Flavia Mansur Murad. Bauru: Edipro, 2016.

ARTESE, Gustavo (Coord.). *Marco Civil da Internet: Análise Jurídica sob uma Perspectiva Empresarial*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

c. Bases de Dados:

Site Observatório do Marco Civil da Internet: www.omci.org.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Privacidade e Proteção a Dados Pessoais nos Meios Eletrônicos**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: Legislação internacional e nacional sobre privacidade e proteção de dados pessoais. Impactos na privacidade dos modelos de negócios que coletam, usam, armazenam e tratam dados pessoais. Conformidades técnicas e legais. O modelo da Comunidade Europeia. O Projeto de Lei Brasileiro. Tendências.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é fazer com que o aluno compreenda os parâmetros para coleta, uso, armazenamento tratamento e proteção de dados pessoais através da Internet e das novas tecnologias para atuação dentro da legalidade.
5. Conteúdo Programático: Impactos na privacidade dos modelos de negócios que coletam, usam, armazenam e tratam dados pessoais. Panorama geral das discussões atuais sobre o tema. O modelo da Comunidade Europeia



de proteção a dados pessoais. Código de Defesa do Consumidor. Lei do Cadastro Positivo. Projeto de Lei de Proteção a Dados Pessoais.

6. Bibliografia:

a. Básica:

DONEDA, Danilo. Da privacidade à proteção de dados pessoais. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DRUMMOND, Victor. Internet, Privacidade e Dados Pessoais. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003.

RODOTÁ, Stefano. A Vida na Sociedade da Vigilância: A privacidade hoje. Organização, seleção e apresentação: MORAES, Maria Celina Bodin de Moraes. Trad. DONEDA, Danilo e DONEDA, Luciana Cabral. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

b. Complementar:

PASTOR, Nuria. *Data Protection Concepts*. In: European Privacy: Law and Practice for Data Protection Professionals. Editor Executivo: USTARAN, Eduardo. Portsmouth: IAPP – International Association of Privacy Professionals, 2012.

REINALDO FILHO, Demócrito. A Privacidade na Sociedade da Informação, in Direito da Informática – Temas Polêmicos. Coordenação: REINALDO FILHO, Demócrito. Bauru: Edipro, 2002.

c. Bases de Dados:

Blog do Ministério da Justiça: www.pensando.mj.gov.br



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Crimes Informáticos**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: Ordenamento Penal. Princípios que Regem o Direito Penal. Contexto das alterações da legislação. Crimes que envolvem novas tecnologias. Sujeitos Ativo e Passivo. Classificação dos Crimes. Estudo dos crimes em espécie.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é apresentar ao aluno as condutas criminalizadas pelo ordenamento jurídico brasileiro que envolvam novas tecnologias, para garantir a atuação em conformidade.
5. Conteúdo Programático: Funcionamento da esfera penal. Os princípios norteadores do Direito Penal. Contexto em que ocorreram as alterações legislativas. Crimes em espécie: crime de modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações, crime de inserção de dados falsos em sistema de informações, crime de divulgação de segredo contido nos sistemas de informações ou banco de dados, crime de violação de segredo profissional, crime de invasão de dispositivo informático, crime de interceptação de comunicações informáticas e telemáticas.
6. Bibliografia:
 - a. Básica:

ROSSINI, Augusto Eduardo de Souza. Informática, Telemática e Direito Penal. São Paulo: Memória Jurídica, 2004.

SYDOW. Spencer Toth. Crimes Informáticos e suas Vítimas. São Paulo: Saraiva, 2013.



NUCCI, Guilherme de Souza. Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

b. Complementar:

INELLAS, Gabriel Cesar Zaccaria de. Crimes na Internet. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2004.

ROSA, Fabrício. Crimes de Informática. Campinas: Bookseller, 2002.

c. Bases de Dados:

Site Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: www.tjsp.jus.br

Site Superior Tribunal de Justiça: www.stj.jus.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Software e Comércio Eletrônico**
2. Carga Horária: 32 h/a
3. Ementa: O Sistema de Proteção à Propriedade Intelectual. Tutela Legal do Software. Conceito legal do Software. Crime de violação de direito autoral. Hipóteses excludentes. O Código de Defesa do Consumidor e a Internet. Decreto regulamentador do Comércio Eletrônico. Posicionamento dos Tribunais.
4. Objetivo: o objetivo da disciplina é apresentar ao aluno o software como obra protegida por direitos autorais e a sua tutela legal, bem como as leis aplicáveis à atuação no e-commerce.



5. Conteúdo Programático: O sistema de proteção à propriedade intelectual brasileiro. Lei dos Direitos Autorais e Lei do Software. Software como obra protegida e conceito legal. O crime de violação de direitos do autor previsto no Código Penal. Condutas que dependem da autorização prévia do autor. As penalidades impostas pela lei. O Código de Defesa do Consumidor aplicado no âmbito da Internet. O Decreto que regulamentou comércio eletrônico, suas exigências e penalidades.

6. Bibliografia:

a. Básica:

SANTOS, Manoel Joaquim Pereira dos. A Proteção Autoral de Programas de Computador. Org. BARBOSA, Denis Borges. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

WACHOWICZ, Marcos. Propriedade Intelectual do Software & Revolução da Tecnologia da Informação. Curitiba: Juruá, 2008.

CABRAL, Plínio. Revolução Tecnológica e Direito Autoral. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998.

AMAD, Emir Iscandor. Contratos de Software: Shrinkwrap Licenses e Clickwrap Licenses. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

MARQUES, Claudia Lima. Confiança no Comércio Eletrônico e a Proteção do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

LORENZETTI, Ricardo Luis. Comércio Eletrônico. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

b. Complementar:



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Coordenadoria de Cursos de Educação Continuada



FURTADO, Wilson; SCHREITER FURTADO, Cristine. *Dos Contratos e Obrigações de Software*. São Paulo: Iglu, 2004.

TESSLER, Leonardo Gonçalves. *O Direito Autoral e a Reprodução, Distribuição e a Comunicação de Obra ao Público na Internet*. In: *Propriedade Intelectual & Internet*. Coord. WACHOWICZ, Marcos. Curitiba: Juruá, 2002.

CERQUEIRA, Tarcísio Queiroz. *Software: Direito e Tecnologia da Informação*. Curitiba: Juruá, 2011.

FINKELSTEIN, Maria Eugênia. *Direito do Comércio Eletrônico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

c. Bases de Dados:

Site Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: www.tjsp.jus.br

Site Superior Tribunal de Justiça: www.stj.jus.br

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: **Metodologia do Trabalho Científico**
2. Carga Horária: 48 horas / aula
3. Ementa: Prática da documentação, documentação temática e bibliográfica, e gerenciamento de documentos, diretrizes para elaboração de uma monografia científica, determinação do objeto de estudo, definição de fontes de pesquisa, metodologias de levantamento de dados, construção lógica do trabalho, redação do texto, aspectos técnicos da redação do texto, citações bibliográficas. Trabalhos temáticos. Construção da monografia.



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Coordenadoria de Cursos de Educação Continuada



4. Objetivo: Habilitar os alunos para a realização de pesquisas e redação de trabalhos científicos na área da Computação, com ênfase na preparação para a monografia a ser apresentada no término do curso.

5. Conteúdo Programático:

- Paradigmas em Ciência.
- Métodos e Conhecimento.
- Problemas, Hipóteses e Avaliação de Projetos em Computação.
- Normas para produção de documentos e de artigos científicos.
- Elaboração da monografia.

6. Bibliografia

▪ Básica:

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 277 p. ISBN 9788522451524.

SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013. 304 p. ISBN 9788524913112.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013. 96 p. ISBN 8522436584.

▪ Complementar:

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro; ARRUDA FILHO, Emílio José Montero. Planejamento de pesquisa científica. São Paulo: Atlas, 2013. 157 p. ISBN 9788522476268.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipótese e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 305 p. ISBN 9788522466252.

PESCUMA, Derna; CASTILHO, Antonio Paulo F. de; LORANDI, Paulo Angelo. Projeto de pesquisa: o que é? como fazer? Um guia para sua elaboração. 8. ed. São Paulo: Olho D Agua, 2013. 108 p. ISBN 857642004X.



UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E EDUCAÇÃO CONTINUADA

Coordenadoria de Cursos de Educação Continuada



SORDI, José Osvaldo De. *Elaboração de pesquisa científica: seleção, leitura e redação*. São Paulo: Saraiva, 2013. 139 p. ISBN 9788502210325.

- Bases de Dados

<http://www.mackenzie.br/bibliotecas.html>

<http://pergamum.mackenzie.br/biblioteca/index.php>